

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL

A Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela [Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#). O Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, tem sua última composição no [Decreto 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#), e suas alterações, tendo a função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#), e, por intermédio de seu Plano de Manejo, em desenvolvimento nos termos da licitação na modalidade de Concorrência nº 126/2022, contrato firmado com a empresa Detzel Consultores Associados S/S.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em 25/07/2023.

No vigésimo quinto dia, do mês de julho, do ano dois mil e vinte e três, às dezesseis horas e dez minutos, superado o quórum regimental para início de suas atividades reuniu-se o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, no NEEB – Núcleo Espírita, situado na Avenida Kurt Meinert, Nº 8000, Ilha do Morro do Amaral, Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os Conselheiros (as) - mandato de 15/01/2023 à 14/01/2025, conforme [Decreto Nº 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#) e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Jurandir Gonçalves, da AMUT; Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Luis Gustavo Ravazolo, da SAMA; Iracema Candido, da APP da Escola Municipal Prof. Reinaldo Pedro França; Cynthia Hering Rinnert, da Univille; Cláudia Rocha, da CAJ; Wilmar Manske, do NEEB; Diogo Augusto Moreira, do Instituto COMAR, e, José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Alexandre Gnose, da Detzel; Valmir Augusto Detzel, da Detzel; Cristiano Cit, da Detzel; Dirk Henning, da AMUT; Eliete Fidal, da AMUT; Áquila Domingues, da Detzel; Luciene Caroline, da APP da

Escola Municipal Prof. Reinaldo Pedro França; Carla Correa, da SAMA; Autair de Freitas, Morador; Laura Lopes, Visitante; Valmir, Visitante, Adriano de Oliveira, Visitante; e, João Victor Galvan, da SAMA. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata Reunião 30/05/2023;** **2) Apresentação Detzel, Plano Manejo;** **3) Apresentação Turismo Rural, SECULT;** **4) Capacitação Conselheiros, por SAMA;** **5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre;** **5.1) Secretaria do Conselho – Devolutivas.**

Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 30/05/2023: José Neto, Secretário do Conselho, dá abertura à reunião cumprimentando e dando boas-vindas a todos, explicando que o Conselho Deliberativo da RDS Ilha Morro do Amaral foi criado há aproximadamente 12 anos com o objetivo de discutir e implementar ações de interesse da Unidade de Conservação, como a construção do Plano de Manejo, por exemplo, que está sendo desenvolvida pela Empresa Detzel, além de ser também a ponte de comunicação entre o Poder Público e a Comunidade para que todos participem dessas discussões, encerra Neto. A Presidente do Conselho, Magda Franco, complementa a fala de Neto explicando que nesse exato momento a principal demanda do Conselho é a construção do Plano de Manejo, entretanto, o trabalho do Conselho nunca tem fim uma vez que após o Plano ser finalizado ainda necessitará ser aprovado pelo Conselho e implementado, além de que sempre existirão novas demandas a serem discutidas. Após as falas iniciais, a Presidente Magda questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata referente à reunião do dia 30/05/2023 e se havia alguma sugestão de alteração, e, não havendo quaisquer manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco coloca em votação a aprovação da referida Ata, que se deu por unanimidade de votos dos Conselheiros.

Pauta 2) Apresentação Detzel, Plano Manejo: A Presidente do Conselho, Magda Franco cede a palavra ao Sr. Valmir Detzel, que cumprimenta a todos e agradece pela oportunidade, comentando sobre a importância da participação do Conselho no processo de elaboração do novo Plano de Manejo da RDS e que, ao seu ver, o Conselho possui uma função muito maior do que apenas de um fiscalizador, pois é também parte ativa nas discussões e tomadas de decisão que influenciam no projeto como um todo. Valmir encerra sua fala informando que o Sr. Cristiano Cit realizará a apresentação sobre o desenvolvimento do Plano de Manejo, passando então a palavra para o mesmo. Cristiano cumprimenta a todos e inicia sua fala explicando que a Detzel foi contratada para a elaboração do plano de manejo por meio de uma licitação, com sua proposta tendo concorrido com propostas de outras empresas, sendo escolhida posteriormente. Cristiano explica também que a Detzel é uma empresa brasileira dedicada a fornecer seus serviços para instituições tanto do setor público quanto privado, atuando com foco em soluções baseadas no desenvolvimento sustentável e respeito ao meio ambiente, desenvolvendo projetos com empresas nacionais e internacionais, planejando e implementando projetos de consultoria relacionados aos recursos naturais, gestão ambiental e empreendimentos de planejamento para conservação, já tendo desenvolvido mais de 50 projetos relacionados à gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, com 16 anos de experiência no mercado, tendo tido oito projetos grandes de cooperação com outras empresas, sem nunca ter tido nesse período nenhum contrato rompido. Após a apresentação da empresa, Cristiano explica, para fins de contextualização, que áreas protegidas consistem no principal mecanismo para preservação do meio ambiente, sendo as Unidades de Conservação (UCs) uma das modalidades de áreas protegidas presentes na legislação brasileira, necessitando de proteção por suas características especiais, como belezas naturais, espécies de flora e fauna nativas, formas de vida tradicionais, entre outros. Cristiano cita também a lei 9.985/2.000, mais conhecida como SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que é a legislação responsável por classificar as Unidades de Conservação, cada uma com suas características e informações sobre as atividades que podem ou não ser realizadas em dentro de seus territórios. As UCs possuem vários objetivos, como por exemplo, a restauração e manutenção da biodiversidade, proteção de espécies ameaçadas, desenvolvimento sustentável dos recursos da natureza, proteção de paisagens e seus elementos naturais, incentivo a pesquisa científica e monitoramento ambiental e preservação de recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, entre outros. Dito isso, Cristiano explica que o Morro do Amaral é uma UC denominada “Reserva de Desenvolvimento Sustentável” (RDS), classificada como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptadas as condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na preservação da natureza e manutenção da biodiversidade, possuindo como objetivo preservar a natureza enquanto assegura as condições para melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais. Cristiano informa que, inicialmente, a Ilha do Morro do Amaral foi classificada como um "Parque Municipal" no ano de 1989, sendo recategorizada no ano de 2012 como uma "Reserva de Desenvolvimento Sustentável" (RDS), com a finalidade de adequação à legislação em vigor, Lei Federal n 9985/2000. Cristiano informa também que na RDS é permitida e incentivada a visitação pública, desde que seja compatível com os interesses locais dispostos no Plano de Manejo, também é permitido o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas à

conservação da natureza e a melhor relação de suas populações residentes com o meio ambiente local, sujeitando-se a aprovação prévia do órgão responsável pela administração da unidade que, nesse caso, é a SAMA, também sendo permitida a exploração dos recursos naturais em regime de manejo sustentável, ou seja, sem degradação do meio ambiente. Sobre a elaboração do Plano de Manejo, Cristiano informa que é elaborado a partir de um diagnóstico feito levando em consideração todas as características ambientais, das populações, do relevo, entre outras do território. Cristiano explica que o Plano de Manejo é um documento que estabelece as regras de uso da UC, o que pode e não pode ser feito, onde pode ser feito, além de deixar claro que o Plano de Manejo não aborda o remanejamento de residências e nem a legalização de terrenos, também não aborda outros temas mais específicos, como regularização de água e esgoto, energia ou pavimentação de ruas, por exemplo. Sobre as etapas de desenvolvimento do Plano de Manejo, explicou que primeiramente é feito um diagnóstico com os elementos relacionados à cultura local, a biodiversidade, rios, entre outros, diagnóstico esse que já foi concluído, ressaltando também a importância da participação popular durante todo o processo e, por essa razão, informa que serão realizadas oficinas para que a comunidade participe e traga contribuições, enquanto outra seria a etapa de zoneamento das áreas para compreensão de suas potencialidades e limitações. Cristiano informa que a Detzel foi contratada com um plano dividido em oito produtos, cada qual com sua especificidade, com o primeiro produto sendo o plano de trabalho, que define a forma como será executado o trabalho; o produto dois, diagnóstico socioambiental da RDS, que consiste na coleta de dados sobre as características físicas e biológicas da região; o produto três, da caracterização das atividades desenvolvidas na RDS pelas pessoas; o quarto produto, estudo do uso e ocupação do solo e da situação fundiária, que também envolve a comunidade. Cristiano informou que já ocorreram duas oficinas para interação com a comunidade, as chamadas Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRPs), sendo que para a primeira foram convidados representantes de órgãos, líderes da comunidade e a população, enquanto no segundo DRP o foco foi aumentar a participação dos moradores, informando também que já existem duas Oficinas de Planejamento Participativas (OPPs) programadas para ocorrer no futuro, que serão para a construção em si do documento com as regras de uso. O quinto produto será a Elaboração da relação de beneficiários e propostas de Zoneamento e Normas; o sexto produto consistirá em um relatório relacionado ao potencial de desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária; os produtos sete e oito consistem nas etapas de finalização e entrega do Plano de Manejo. Cristiano apresentou o cronograma das etapas, mostrando que os três primeiros produtos já foram concluídos, enquanto o quarto produto está atualmente em desenvolvimento e, pelo cronograma, já deveria ter sido entregue na semana anterior, todavia, o período da coleta de dados foi estendido para que fosse possível coletar o máximo de dados possível, ficando programado para ser entregue no início do mês de Agosto. Cristiano informou que o prazo firmado para a entrega do plano de manejo é janeiro de 2024, contudo, tem grandes chances de que seja entregue antecipadamente, uma vez que alguns dos produtos se complementam, o que acelera sua conclusão. Sobre os dados já entregues, Cristiano informou que, com relação ao estudo socioambiental já concluído, foram apresentadas as características do meio físico da RDS, ou seja, os tipos de rochas, variação de altitude, o clima, os cursos hídricos e suas características além de mais dados sobre as características do solo, mostrando também os mapas apresentados no produto com representações feitas *in loco*. Sobre o meio biótico, Cristiano informa ter sido constatado que a maior parte da área é ocupada por vegetação natural, com as matas de restinga estando bem conservadas, embora com certo grau de interferência humana, flora composta de várias espécies de bromélias e orquídeas e a presença de floresta do tipo ombrófila densa, que, embora ocupe apenas 1,38% do território da RDS, é de grande importância por possuir espécies que geralmente não são encontradas em áreas de restinga. Sobre o uso e cobertura do solo, Cristiano informou que 28% são compostos por manguezais, 33% por mata de restinga e mata arbórea baixa 17% da área, mostrando imagens de algumas áreas e espécies mapeadas. Com relação às espécies catalogadas, foram levantadas 180 espécies de fauna, 78 espécies de aves, 71 espécies de herpetofauna (anfíbios e répteis), 68 espécies de mamíferos, além de uma listagem de espécies de caracinafauna (caranguejos ou siris), berbigões e peixes. O Conselheiro Jurandir Gonçalves, da AMUT indagou sobre como foi feita a coleta de dados sobre as espécies aquáticas, no que Cristiano respondeu que foram coletados questionando diretamente os pescadores sobre as espécies pescadas por eles, Jurandir então questiona até qual área é considerada no estudo, se é apenas a beira ou a baía como um todo, no que Cristiano informa que foi perguntado aos pescadores a área em que são feitas as pescas e que espécies são encontradas, com muitos apontando que as espécies são encontradas na baía como um todo. Valmir Detzel informa que o plano de manejo se concentra no território da RDS especificamente, não tendo como objetivo definir as espécies encontradas mar a fora, mas sim concentrar as análises na parte que é território explorado pela comunidade, no seu estilo de vida e nas características físicas, sociais, de flora e fauna local. Cristiano informou também que, já no item três, foi elaborado um diagnóstico do meio antrópico, com o

objetivo de identificar os patrimônios presentes na RDS, citando como exemplos a Igreja Nosso Senhor Bom Jesus, patrimônio tombado, os sítios arqueológicos e aspectos culturais. Com relação ao item três, Cristiano informou que esse produto é focado em compreender os modos de vida da comunidade, quem são os moradores tradicionais, se houve aumento ou redução da população, quais as festas tradicionais, ou seja, quem são essas pessoas. Cristiano explicou que esse produto foi focado em realizar o estudo dos moradores da RDS através de entrevistas com os mesmos, questionando quais as expectativas da população para o plano de manejo, fazer um levantamento sobre como é feita a pesca artesanal e sobre os tipos de ocupação e renda dos moradores, além das percepções dessas pessoas sobre as mudanças climáticas e questionamentos referentes a pontos turísticos da região. Cristiano apresentou também mapas com os dados de distribuição das populações tradicionais e moradores que vieram de outros locais, com dados da relação de tempo de permanência das famílias entrevistadas, além de estarem referenciados nos mapas os locais de uso apontados pela comunidade, citando campo de futebol, igreja, bares, áreas de coleta de siris, entre outras. Cristiano informou que os produtos três e quatro foram feitos através de entrevistas com os moradores, dizendo também que o objetivo era entrevistá-los em sua totalidade, o que não foi possível, contudo, foram realizadas 351 entrevistas feitas tanto por telefone quanto pessoalmente. Cristiano informou que, se utilizando dos dados dessas entrevistas, está sendo criado um cadastro dos moradores e suas residências com as informações coletadas, com a previsão de esses dados serem entregues no início do mês de agosto. Cristiano encerra sua fala agradecendo a atenção de todos e se colocando a disposição para responder dúvidas. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT questiona se foram entrevistadas 351 pessoas ou 351 famílias, no que Cristiano respondeu que foi entrevistada uma pessoa de cada residência, mas foram obtidas informações sobre todos os moradores dessas casas, com uma estimativa de ter aproximadamente quatro pessoas por residência. O Sr. Autair de Freitas, Morador, diz que acredita ter em torno de 2.000 moradores na RDS, uma vez que, como morador, conhece muitas famílias com grande quantidade de pessoas, no que Valmir Detzel informa que os números são aproximadamente esses, entretanto, os dados não serão exatos, uma vez que algumas residências não foram entrevistadas. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT questiona como fica a questão da classificação de terrenos de pessoas que não moram na RDS e ainda não estão construídos, no que Valmir Detzel respondeu que, no plano de manejo, estarão previstos vários planos de ação, inclusive um que envolve a questão fundiária, lembrando que na elaboração do edital de licitação houve uma consulta da Prefeitura sobre manter juntamente a elaboração do Plano de Manejo e a regularização fundiária, tendo sido recomendado pela Detzel não misturar os dois serviços, pois para a regularização fundiária seria necessário verificar a situação de todos os terrenos, e haveriam terrenos regularizados e não regularizados que poderiam apresentar as mais diversas situações, como por exemplo, terrenos que estão em batalhas judiciais entre herdeiros por conta de inventário, terrenos em que o morador tem a posse, mas não a propriedade, terrenos que possuem contratos simples de compra e venda sem escritura, entre outras questões e, por essa razão, o Plano de Manejo terá um plano de ação tratando da regularização fundiária, que deverá ser executado pelos gestores da RDS com o tempo. O Conselheiro Jurandir Gonçalves, da AMUT questiona com fica a situação do desenvolvimento sustentável da RDS, que é caracterizada pela atividade de pesca tradicional, já que os mais jovens estão preferindo trabalhar na cidade enquanto os pescadores já estão muito idosos, no que Valmir Detzel responde que o Plano de Manejo não tem como objetivo prever se no futuro a região da Ilha do Morro do Amaral seguirá classificada como RDS, todavia, existem muitos pontos turísticos, patrimônio histórico e atividades que caracterizam a região além da pesca e que muitos desses são abordados em um documento de potencial de desenvolvimento sustentável, o que trás outras caracterizações que não a produção de pescados, como turismo e gastronomia, por exemplo. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Apresentação Turismo Rural, SECULT:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, informa que a SECULT havia solicitado para realizar uma apresentação sobre o Turismo Rural na reunião, contudo, os Conselheiros da SECULT não puderam comparecer, ficando a apresentação como pauta para outra reunião, e, dito isso, passa então para o próximo item da pauta. **Pauta 4) Capacitação Conselheiros, por SAMA:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, cede a palavra para o Conselheiro Luis Gustavo Ravazolo, da SAMA, que cumprimenta a todos e agradece a oportunidade, iniciando sua fala abordando a Lei 9.985/2000, também conhecida como SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), informando que essa Lei categoriza os tipos de Unidades de Conservação (UCs), além de estabelecer os critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas áreas, instituindo também o Plano de Manejo. Luis explana que as UCs podem ser criadas nos níveis Federal, através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no nível Estadual pelo IMA e também no nível Municipal pelas Prefeituras, informando que essas UCs podem ser classificadas em dois grupos, sendo ou Unidades de Proteção Integral, em que é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou

Unidades de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, que é o caso da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Luis explicou que, em 1989, a Ilha do Morro do Amaral foi classificada pela Prefeitura como um Parque Municipal, um tipo de UC muito mais restritiva e que não permitia a existência de moradores, o que levou posteriormente a recategorização como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, através da Lei Municipal 7.028 de abril de 2012. Essa lei possui como principais objetivos preservar a natureza, garantindo a proteção de remanescentes da mata atlântica, floresta ombrófila densa e seus ecossistemas associados, manguezal e lagunar; proteger a flora e fauna silvestre; assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida à população local, integrando os moradores no processo de desenvolvimento municipal, com incentivo ao acesso aos projetos sociais e a infraestrutura básica; disciplinar o uso e ocupação do solo, restringindo novas ocupações; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental na região; preservar e valorizar a cultura, história e tradições locais; preservar os sítios arqueológicos, denominados sambaquis, presentes na ilha e seu entorno; garantir a exploração sustentável dos recursos naturais das populações tradicionais e, também, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido pelas populações tradicionais. Luis informou que essa Lei também aborda muitas outras questões, como a localização e as dimensões da UC, a população tradicional beneficiária, os usos e atividades desenvolvidas, da administração da UC, que no caso é realizada pelo Conselho Gestor, sobre a importância do Plano de Manejo e disposições finais e transitórias da Lei. Luis conclui sua fala permanecendo à disposição dos Conselheiros para responder eventuais dúvidas. A Presidente do Conselho, Magda Franco sugere que na próxima reunião seja abordado mais a respeito do papel do Conselho na gestão da RDS e na execução do Plano de Manejo e, sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara a pauta encerrada, passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Item 5.1) Secretaria do Conselho – Devolutivas:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, cede a palavra para quem tiver alguma colocação a fazer, no que o Sr. Autair de Freitas, Morador, questiona se já existe alguma informação de mapeamento que conste se há casas que estão em Áreas de Preservação Permanente, ou outros locais que serão definidos pelo Plano de Manejo como não permitidos ter residências, no que Valmir Detzel informa que há informações sobre essas áreas e que essas informações irão constar no mapeamento da RDS. Valmir Detzel aproveita para anunciar que, nos dias 15 e 16 de agosto, ocorrerão dois dias de Oficinas para discutir com a comunidade e os Conselheiros questões relacionadas à composição do Plano de Manejo, convidando a todos que participem. Aproveitando o ensejo, José Neto informa que a Reunião do mês de setembro será suspensa, pois haverá nos dias 20 e 21 desse mês a "1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico", que irá abordar o impacto das mudanças climáticas, convidando a todos para participarem. José Neto informa também que, com relação às reclamações sobre a quantidade de animais abandonados na RDS, está sendo analisada a possibilidade de uma ação conjunta entre a Gestão Ambiental, a Fiscalização e a Unidade de Bem-Estar Animal para realizar orientações na RDS com o objetivo de conscientizar sobre referido assunto e, caso isso não resolva a situação, esses animais poderão ser recolhidos. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco, faz um agradecimento especial ao Conselheiro Wilmar Manske, por disponibilizar o NEEB para a reunião do Conselho, agradece também a participação dos demais Conselheiros e Cidadãos, solicitando que os Moradores presentes convidem mais pessoas para participarem das próximas reuniões, e após isso, declara encerrada a reunião às 18h00min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente do Conselho Deliberativo da RDS da Ilha do Morro do Amaral
PORTARIA SAMA Nº 005/2023 SEI Nº: 0015534443

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto
Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 08/12/2023, às 16:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0018176252** e o código CRC **42993127**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.002588-9

0018176252v44

0018176252v44